

O ENSINO EM SAÚDE PÚBLICA NO INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL DE LISBOA, 1902-2012

PAULO FERRINHO
SÓNIA DIAS
ZULMIRA HARTZ

Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. *E-mail:* PFerrinho@ihmt.unl.pt (Paulo Ferrinho).

RESUMO

Este artigo apresenta uma descrição sumária da longa tradição e evolução do ensino da Saúde Pública no Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), que emergiram de uma atividade integrada da oferta docente da Escola de Medicina Tropical e dos institutos que se lhe seguiram. Essa oferta colaborativa manteve-se ao longo de mais de um século e multiplicou-se numa atividade docente em saúde pública alicerçada numa forte agenda de investigação, que foi crescendo através da realização de cursos para programas de mestrado e doutoramento, bem como de uma forte oferta de cursos de apoio ao desenvolvimento, orientados para a saúde pública como ação coletiva para desenvolver as condições que permitem uma vida saudável no seio das comunidades em que vivemos. Esta ação coletiva está implicada naquilo que a saúde pública faz melhor: a medição do estado de saúde, a organização e gestão de serviços e programas de saúde, o desenvolvimento de recursos humanos em saúde, a promoção da saúde e a intervenção em grupos populacionais específicos.

O grupo multidisciplinar de docentes e investigadores de saúde pública do IHMT tem assumido protagonismo não só no trabalho desenvolvido sobre problemáticas prioritárias de saúde, mas também na influência nas políticas de saúde, no contexto português e internacional, em especial em vários países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique), bem como nas organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia, a OMS (único Centro colaborador da OMS em Portugal para política de planeamento da força de trabalho em saúde), Banco Mundial e CPLP.

SUMMARY

This article presents a summary description of the long tradition and evolution of Public Health education at the Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) that has emerged from an integrated activity of the teaching offer at the School of Tropical Medicine and at the subsequent institutes. That collaborative offer remained for over a century and resulted in a teaching activity grounded in a strong research agenda, which grew through courses for masters and doctoral programs, and through a wide range of courses for development assistance, oriented to public health as a collective action to develop the conditions that promote healthy life in the communities we live in. This collective action is implicated in what public health does better: assessment of the health status, the organization and management of health programs and services, the development of human resources for health, health promotion and the intervention in specific populations. The multidisciplinary group of teachers and researchers of public health in IHMT has been in the forefront of works in priority health problems, but also in influencing health policies in the Portuguese and international contexts, particularly in many African countries (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau and Mozambique), as well as in international organizations, namely the EU, WHO (the only WHO Collaborating Center in Portugal for health workforce, policy and planning), the World Bank and CPLP.

INTRODUÇÃO

Em 1901, Aníbal Bettencourt (1868-1930), médico diretor do Instituto Bacteriológico de Lisboa (criado em 1892), foi responsável pela primeira missão científica portuguesa enviada aos trópicos para, especificamente, estudar uma doença tropical - a doença do sono. Tal missão ajudou a reforçar a iniciativa, com o apoio de médicos ilustres, de entre os quais destacamos Miguel Bombarda (1851-1910) e Egas Moniz (1874-1955), e sob proposta de António Duarte Ramada Curto (1848-1921), de implantar um instituto de medicina tropical em Lisboa (Abranches, 2004; Amaral, 2008 e 2010; Bastos, 2007; Fraga de Azevedo, 1952; Pita e Pereira, 2010; Torgal, 2002). Esta iniciativa coincidiu com o reforço da presença portuguesa nos territórios do império e beneficiou da reforma sanitária de Passos Manuel (1801-1862) e de uma “explosão de conhecimento” sobre germes como causas de doenças, iniciada por Louis Pasteur (1822-1895). Tal como para outros países europeus, revolucionou a saúde pública em Portugal, levando à instalação, em 1881, do antecessor do Instituto Nacional de Saúde, o Laboratório Central de Higiene, que passou a Instituto Central de Higiene, em 1899, e que, em 1902, data da sua inauguração, ofereceu o seu primeiro curso - Curso de Medicina Sanitária para médicos do Corpo de Saúde, em 1929. Nesse ano, o Instituto Central de Higiene adicionou “Dr. Ricardo Jorge” ao nome, passando, em 1945, a denominar-se “Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge” (Abranches, 2004).

A Marinha foi também importantíssima na implantação sanitária no ultramar (Ferrinho *et al.*, 2012). Nada mais apropriado, portanto, do que, em agosto de 1887, ter sido publicada uma carta régia autorizando a reforma dos cursos da Escola Naval, onde ficaria acolhido o ensino da medicina tropical. Em novembro do mesmo ano, um decreto do Rei D. Luís (1838-1889) detalhava o plano da reforma. São referidos seis cursos, sendo o 4º o Curso Complementar para Facultativos Navais.

Neste curso, a cadeira de Medicina Tropical era ministrada por D. António Maria de Lencastre (1857-1945), em duas secções: a de Higiene Naval e Colonial e a de Patologia Exótica. Esta última só admitia médicos; a primeira, admitia um público que abrangia médicos e outros alunos da Escola Naval. Esta cadeira funcionou até 1895, sendo novamente retomada em 1899 (Abranches, 2004).

O ENSINO DE HIGIENE E DA SAÚDE PÚBLICA NO 1º CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO

Em 1902, é criada, em Portugal, uma escola de medicina tropical, a 4ª na Europa, depois das de Liverpool (também em 1902), Londres (1899) e Hamburgo (1900). Em França, já estava instituído o ensino de Medicina Tropical, mas sem ter sido estabelecida uma escola para esse fim (Fraga de Azevedo, 1952). Com a instalação da nova escola de Lisboa, o Curso de Medicina Tropical, ainda hoje ministrado no instituto, passou a ser obrigatório para todos os médicos admitidos nos quadros do ultramar e da Armada. Este curso foi aberto a quaisquer habilitados que o quisessem frequentar, tendo sido tornado obrigatório para missionários, oficiais militares, oficiais de obras públicas e professores de instrução primária. Foi no âmbito deste curso que se desenvolveu o ensino da saúde pública, numa perspetiva higienista.

A Higiene tinha por objetivo o estudo e a aplicação de meios não clínicos apropriados para criarem, para o homem, na vida individual e coletiva, as condições favoráveis à saúde. Compreendia a higiene individual e a higiene do meio ambiente, esta última muito influenciada pelas questões climáticas e muito conotada com a engenharia sanitária. O primeiro objetivo era a salubridade e o segundo o bloqueio dos caminhos seguidos pelos microrganismos para causar doenças no homem, o que explica uma forte conotação com atividade laboratorial e com a microbiologia (Gonçalves Ferreira, 1982). Era, portanto, mais do que apropriado que as primeiras edições do curso centrassem a saúde pública na cadeira de Higiene e Climatologia, inicialmente sob responsabilidade de Francisco Xavier da Silva Telles e de José Firmino Sant'Anna (Abranches, 2004; Fraga de Azevedo, 1958).

Em 1920, as cadeiras do curso foram reorganizadas, aparecendo duas novas cadeiras de saúde pública: Climatologia e Geografia Médica e Higiene e Bacteriologia (Abranches, 2004), reforçando a ligação da higiene à bacteriologia, em consonância com o reforço que se vinha

observando da instrução laboratorial na formação de profissionais de saúde (Hotez, 2003). Em 1935, a Escola de Medicina Tropical dá lugar ao Instituto de Medicina Tropical (IMT). Neste ano, o curso, até então de 4 meses, acresceu para 6 meses, passando a saúde pública a estar unificada na chamada 1ª cadeira - Higiene, Climatologia e Geografia Médica. Foi retomada a ideia de organizar um curso de Higiene Tropical, de carácter elementar prático, dirigido a funcionários, enfermeiros e missionários (Abranches, 2004) e, em 1946, foi criado um curso de Higiene elementar para colonos (Abranches, 2004). Em 1939, foi criada uma 6ª cadeira: Assistência Médica aos Indígenas (Abranches, 2004).

O quadro docente, em 1945, encontrava Francisco José Carrasqueiro Cambournac (1903-1994) como professor efetivo da 1ª cadeira (Higiene, Climatologia e Geografia Médica) e, em 1946, Manuel Reimão Pinto como professor auxiliar. Até 1942, na 6ª cadeira, o regente era o diretor do Instituto, Professor Vasco Palmeirim (1983-1942) (Abranches, 2004).

Data de 1951 um curso internacional de Malariologia, dirigido pelo Prof. Francisco José Carrasqueiro Cambournac (1903-1994), sob os auspícios da OMS, e oferecido no IMT e no Instituto de Malariologia de Águas de Moura, que tinha, como Diretor, também o Prof. Cambournac (Abranches, 2004). Posteriormente, foram oferecidos mais dois cursos (Abranches, 2004).

O ENSINO DA SAÚDE PÚBLICA NA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA E DE MEDICINA TROPICAL

Em 1955, numa nova reformulação, o Curso de Saúde Pública passou a durar 8 meses, concentrando o ensino na 1ª cadeira de Higiene e Climatologia. Mantiveram-se os cursos de Higiene, de carácter elementar e obrigatório para certas categorias de funcionários e para os colonos (Abranches, 2004). Em 1958, o Professor Francisco José Carrasqueiro Cambournac mantinha-se como professor ordinário da 1ª cadeira, tendo Guilherme Jorge Janz (1913-1999) como professor auxiliar de nutrição e Carlos Manuel dos Santos Reis como assistente convidado (Abranches, 2004).

A seguir à 2ª Guerra Mundial, o número de escolas de saúde pública no mundo aumentou significativamente, muitas vezes com o apoio da recém-criada Organização Mundial da Saúde. O número de escolas de saúde pública aumentou de 100, em 42 países, em 1965, para 216, em 54

países, em 1985, e para 375, em 2006 (Evans, 2009). Cambournac participou nos encontros que levaram ao estabelecimento da OMS, tendo sido um dos seus primeiros dirigentes em África (Abranches, 2004), sendo natural. Por isso, que tenha influenciado e sido influenciado por este movimento. Não é surpreendente, portanto, que, em 1966, o IMT, seguindo o exemplo da *London School of Hygiene and Tropical Medicine* – que, desde 1929, era considerada uma das melhores escolas de saúde pública do mundo (Acheson, 1982) -, tenha sido substituído pela Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical (ENSPMT) (Abranches, 2004; Fraga de Azevedo, 1952; Torgal, 2002). Esta procurava “*formar especialistas e técnicos qualificados para prevenir a doença e promover a saúde em todo o território nacional*” (Abranches, 2004 p. 91) e, nas palavras de Francisco Cambournac, “*ensinar Saúde Pública à escala nacional, para levar a todos os portugueses os benefícios de Serviços de Saúde bem estruturados e apetrechados em pessoal ... tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas ... pela ... concentração no aspeto coletivo dos problemas da Saúde*” (Abranches, 2004 pp. 92-93). A escola abrangia dois ramos de ensino, investigação e divulgação com grande autonomia: ramo da saúde pública e ramo da medicina tropical.

A ENSPMT manteve-se na dupla tutela dos ministérios do Ultramar e da Saúde e Assistência Social. A instituição, designada por “Instituto de Medicina Tropical”, foi extinta, mas o Instituto Superior de Higiene, que tinha contado, entre os seus dirigentes, com grandes nomes da saúde pública em Portugal - Ricardo Jorge (1858-1939), Francisco António Gonçalves Ferreira (1912-1994) e, no momento da criação da ENSPMT, Arnaldo Sampaio (1908-1984) -, manteve-se em funções. Somente as suas atividades de ensino e investigação passaram a ser atribuições do ramo de saúde pública da nova ENSPMT (Abranches, 2004).

No Ramo de Saúde Pública, ficaram estabelecidas 10 cadeiras: Técnica e Administração de Saúde Pública, Epidemiologia (regida por Guilherme Janz), Bioestatística Aplicada à Saúde Pública (regida por Carlos Manuel dos Santos Reis), Saneamento, Bacteriologia Sanitária, Nutrição e Higiene da Alimentação (regida por Guilherme Janz), Higiene e Medicina do Trabalho, Higiene Maternal e Infantil (regida por Nuno Tornelli Cordeiro Ferreira), Saúde Mental e Administração Hospitalar (Abranches, 2004). Neste agrupamento de cadeiras reflete-se a

preocupação com a medição do estado de saúde (Epidemiologia e Bioestatística), com a administração de serviços e programas (Técnica e Administração de Saúde Pública), com a salubridade e alimentação como determinantes do estado de saúde, com grupos populacionais específicos (nomeadamente a mulher, a criança e o trabalhador) e com a problemática especial da saúde mental, um avanço significativo sobre as anteriores perspetivas higienistas que dominavam o ensino da saúde pública até à década de 1950.

No Ramo de Medicina Tropical, a saúde pública marca presença com duas cadeiras: Saúde Pública das Regiões Tropicais e Epidemiologia Tropical. Foram criados quatro cursos ordinários: Saúde Pública (que substituiu o Curso de Medicina Sanitária do Instituto Ricardo Jorge), Medicina do Trabalho (introduzido pela primeira vez em Portugal) e os cursos de Medicina Tropical e Elementar de Higiene Tropical, que deram continuidade ao que já era oferecido no IMT. Além destes, foram ainda criados cursos eventuais segundo necessidades e recursos existentes (Abranches, 2004).

Prematuramente, ignorando o exemplo bem-sucedido da *London School of Hygiene and Tropical Medicine*, a ENSPMT foi extinta em 1971, substituída por duas instituições: o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (sob o Ministério do Ultramar) e a Escola Nacional de Saúde Pública (tutelada pelo Ministério da Saúde e Assistência), que regressa ao Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge como departamento de ensino, até 1975 (Abranches, 2004; Sakellarides, 2009).

O ENSINO DE SAÚDE PÚBLICA NO INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL (IHMT) 1972-1980

Esta fase do IHMT abrange a transição do Instituto do Ministério de Ultramar, ao serviço da política colonial portuguesa, para uma instituição académica no novo regime político pós-colonial, que resultou da revolução de 25 de abril de 1974. Os novos estatutos do IHMT reconhecem-lhe o direito de conferir aos médicos o título de especialista em medicina tropical. Nestes estatutos, é eliminada a designação de “cadeira” e entra a designação de “disciplina”. Simultaneamente, surgem os departamentos de Saúde Pública (que integra as disciplinas de saúde pública, de administração sanitária, de higiene materno-infantil e de pediatria social, bem como uma secção de nutrição com laboratório) e de Epidemiologia (que contempla as disciplinas de Epidemiologia e

de Bioestatística). Mantém-se a compreensão de saúde pública adotada no período anterior. Apesar de já ser reconhecido oficialmente como escola de saúde pública, o IHMT mantém a sua orientação pedagógica, de investigação e de intervenção pautada pelas funções e papéis que devem ser assumidos por uma escola de saúde pública.

Especificamente para médicos, o IHMT oferece os cursos de Clínica das Doenças Tropicais e o Diploma de Saúde Pública e Medicina Tropical (que passa a constituir requisito legal suficiente para ingresso nos quadros dos Serviços de Saúde e Assistência dos Estados e Províncias Ultramarinas e para o exercício da clínica livre no ultramar). Cria-se um Curso de Saúde Pública, onde são admitidos não médicos, e extingue-se o Curso de Higiene Sanitária. Este permite o ingresso nos quadros dos Serviços de Saúde e Assistência dos Estados e Províncias Ultramarinas a médicos diplomados pelas universidades de Angola e Moçambique e a técnicos, não médicos, que desejem integrar os mesmos serviços (Abranches, 2004).

Este período coincidiu com a perda de grandes docentes e investigadores do quadro do IHMT: Cambournac atingiu o limite de idade e foi jubilado em 1973; Augusto Salazar Leite jubilou-se em 1974, seguido, em 1976, por Fraga de Azevedo. Faleceram Cruz Ferreira, em 1977, e Manuel Reimão Pinto, em 1978. Coincidiu também com a revolução de abril de 1974 um período conturbado, em que se experimentaram “novas formas didáticas” não muito bem-sucedidas, na procura de uma nova visão para o IHMT (Abranches 2004), que foi sendo construída progressivamente depois da sua integração na Universidade Nova de Lisboa.

FORMAÇÃO ACADÉMICA EM SAÚDE PÚBLICA NO SEIO DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A 26 de maio de 1980, o IHMT foi transferido para a Universidade Nova de Lisboa, reconhecendo a sua ligação original ao ensino e investigação e o papel relevante que lhe cabe no campo da cooperação científica e cultural com os países tropicais. Esta transferência satisfez um anseio já antigo dos seus dirigentes: a integração do instituto numa instituição universitária (Abranches, 2004). O início deste percurso académico ficou marcado pelo falecimento de dois professores de saúde pública, em 1981: Augusto Tito de Moraes (1921-1981) e Carlos Manuel dos Santos Reis (1923-1981). Os novos estatutos, de 1983, definem, como cursos de carácter regular, os conducentes aos

diplomas de Saúde Pública e Medicina Tropical e de Clínica das Doenças Tropicais. Um dos três departamentos então criados é o de Saúde Pública Tropical, que acomoda as disciplinas de Epidemiologia, de Bioestatística e de Higiene e Medicina Preventiva, assim como a secção de nutrição (Abranches, 2004). Assim se reduz a perspectiva de saúde pública orientada para a organização e administração da assistência médica e se reforça a tendência de saúde pública como medicina preventiva.

Esta estrutura disciplinar só voltaria a ser alterada com a revisão estatutária de 1990, que repôs a legítima preocupação do Departamento de Saúde Pública Tropical para ênfase na gestão e administração dos serviços de saúde e reforço da orientação para a saúde na comunidade. A revisão manteve, no Departamento de Saúde Pública Tropical, as disciplinas de Epidemiologia e de Bioestatística e adicionou-lhe duas outras: a de Planeamento e Gestão em Saúde e a de Saúde Comunitária (Abranches, 2004).

Essas alterações ocorreram num momento em que não havia docentes doutorados no Departamento de Saúde Pública. A Direcção foi sendo assumida pela Presidência do Conselho Científico e apoiada, entre 1992 e 1993, por um Professor de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, José Pereira Miguel. Em 1995, doutorou-se Anabela Abreu, a qual assumiu a direcção do departamento (em 1997, Anabela Abreu regressou aos Estados Unidos, onde se tinha doutorado). Em 1996, doutoraram-se Aldina Gonçalves e Paulo Ferrinho. A docência do departamento era, então, de apoio aos outros cursos do IHMT tendo, como cursos próprios de pós-graduação, o de Epidemiologia Médica das Regiões Tropicais, mais tarde apelidado de Curso de Saúde Internacional. Este último era composto por três módulos – Epidemiologia e Bioestatística, Gestão em Saúde Internacional e Cuidados de Saúde em Países em Desenvolvimento -, que poderiam ser frequentados separadamente, dando direito à atribuição de um certificado.

Em 1998 (só publicado em D.R. de 1999), um novo regulamento termina a organização por departamentos e cria as unidades de ensino e investigação (UEIs). O Departamento de Saúde Pública Tropical viu-se fragmentado em três UEIs – Epidemiologia e Bioestatística (dirigida por Paulo Ferrinho até 1999), Sistemas de Saúde (dirigida por Paulo Ferrinho até 1999 e, novamente, entre 2004 e 2010) e Saúde e Desenvolvimento (dirigida por Aldina Gonçalves) –, que funcionaram em estreita colaboração até

1999, passando, a partir de então, e até 2004, a funcionar como três UEIs. Estas eram chefiadas por Aldina Gonçalves, visto que Paulo Ferrinho assumiu a chefia da divisão de Epidemiologia na Direção Geral da Saúde, deixando o IHMT; de 2006 a 2010, a direção da UEI de Epidemiologia e Bioestatística foi assumida por Luzia Gonçalves.

É sob a liderança de Aldina Gonçalves que o Curso de Saúde Internacional foi creditado como curso nuclear do *Masters Programme in International Health* para 2002, mantendo-se, desde então, como o contributo do IHMT para o TropEd, que, com o apoio do Professor Jorge Cabral, se foi refletindo na oferta pedagógica de saúde pública. Em decorrência, desde 2005, tem funcionado o Mestrado de Saúde em Desenvolvimento, agora na sua 7ª edição.

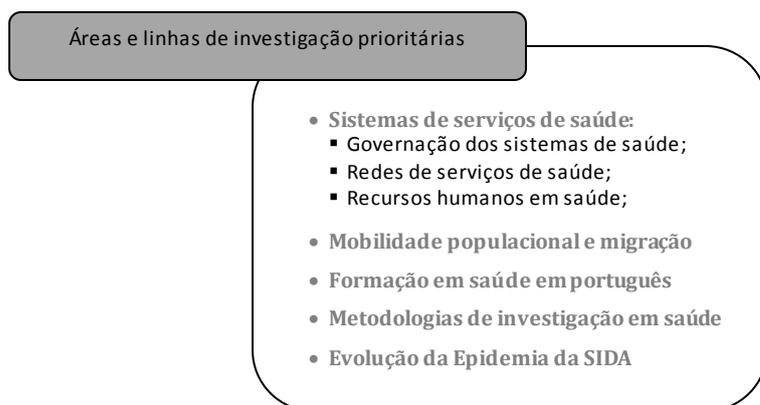
Na compreensão de que a saúde pública é o que nós, como sociedade, fazemos coletivamente para garantir as condições que permitem uma vida saudável, tendo, como valor nuclear, a justiça social (Rosales *et al.*, 2012), o Mestrado de Saúde e Desenvolvimento tem por objetivos preparar profissionais para intervir na saúde de comunidades pobres ou excluídas e com capacidade de gestão de programas de saúde. Ao longo dos anos, o seu corpo docente foi progressivamente reforçado com, numa perspetiva multidisciplinar, a contratação de vários professores e investigadores, internacionais e nacionais, com diferentes formações (sociologia, medicina, econometria, bioestatística, enfermagem, psicologia, economia da saúde, bioinformática, gestão) e áreas de competência, nomeadamente em sistemas de saúde, gestão em

saúde e desenvolvimento de recursos humanos em saúde, políticas de saúde, epidemiologia, metodologias de investigação, economia da saúde, medição em saúde, saúde comunitária, promoção e proteção da saúde, aplicação de tecnologias de informação à saúde e avaliação de políticas e programas de saúde.

Com os novos estatutos de 2009, as várias UEIs que constituíam a Saúde Pública voltaram a fundir-se numa única UEI, denominada de “Saúde Pública Internacional e Bioestatística”. Teve, como seu primeiro diretor, Paulo Ferrinho, entre 2010 e 2012 e, desde 2012, Sónia Dias. Esta junção permitiu melhor articulação da atividade de investigação, com definição mais clara da agenda de investigação (Tabela 1), centrando os seus esforços no desenvolvimento do atual programa de Doutoramento em Saúde Internacional, com duas especialidades: Saúde Pública Tropical e Políticas de Saúde e Desenvolvimento.

O Mestrado oferecido pela UEI decorre na sua sétima edição e está, neste momento, a ser avaliado de forma a ser reestruturado de acordo com a experiência ganha durante as edições já realizadas e a absorver recomendações atuais sobre o ensino de saúde pública, em temas como comunicação, investigação participada de base comunitária, competência cultural, ética, genómica, saúde global, informática, política e processo legislativo. Pretende-se, assim, melhor corresponder às necessidades identificadas como resultantes de uma crise em competências de saúde pública (Evans, 2009; Kickbush, 2009).

Tabela 1

Áreas e linhas de investigação prioritárias da UEI de Saúde Pública Internacional e Bioestatística

A Epidemiologia tem sido outra área científica que tem, desde sempre, recebido a atenção dos docentes de Saúde Pública. Já se referiu, acima, o Curso de Epidemiologia Médica das Regiões Tropicais. Em 1997, Paulo Ferrinho coordenou, em Portugal, o Curso Intensivo Europeu “*Seventeenth European Course in Tropical Epidemiology*”. Em 2001, Aldina Gonçalves coordenou um seminário avançado em “Ensaio Clínicos e Comunitários: Metodologia e Implementação” e um outro em “Análise de Dados Biomédicos com Apoio do Programa SPSS”, que, desde então, já teve cinco edições. Não é, portanto, surpreendente que, em 2012, se tenha concretizado a aprovação de um primeiro programa de Mestrado em Epidemiologia, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Médicas, cuja coordenação, por parte do IHMT, é assegurada por Inês Fronteira e Paulo Ferrinho.

Como se depreende do referido anteriormente, a atual oferta formativa da UEI ultrapassa, em muito, os cursos de pós-graduação conducentes a graus de mestre e de doutor. Para além de cursos eventuais, existe uma programação de ofertas regulares de cursos não conducentes a grau e de cursos de apoio ao desenvolvimento (CADs), entendendo-se que o desenvolvimento depende, de entre outros fatores, de organizações robustas que, gradualmente, fortaleçam a capacidade local para planear, executar, monitorizar e avaliar as atividades conducentes a ganhos em saúde num espírito de universalidade, equidade, solidariedade e cidadania nacional e global.

Estas ofertas formativas são direcionadas para capacitar agentes competentes e motivados que, no âmbito de instituições dos seus sistemas nacionais de saúde, desenvolvam as ações necessárias para garantir cuidados de saúde universais, relevantes nos serviços prestados e seguros para quem os presta ou recebe, contribuindo para objetivos de saúde locais e nacionais. Todos estes CADs são oferecidos por encomenda das autoridades sanitárias de um país ou região para os seus quadros dirigentes ou técnicos, com apoio do Gabinete de Cooperação e de Relações Externas do IHMT, coordenado por Deolinda Cruz.

Até 2012, os cursos para chefias médicas já foram oferecidos duas vezes em Luanda (2008 e 2010), Bissau (2010), Cidade da Praia (em 2012, com discentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), Maputo (2012) e Mindelo (previsto para o primeiro trimestre de 2013). Os cursos para chefias de Enfermagem foram oferecidos em Luanda (2009), Bissau (2010), Huambo (2011), Cidade da Praia (em 2012, com discentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) e Maputo (2012), com nova edição prevista para o Mindelo em 2013. Beneficiaram desta formação 102 chefias médicas e 155 chefias de enfermagem. A docência dos CADs é apoiada por um grupo de profissionais voluntários do sistema de saúde português, no seu sentido mais lato (Tabela 2), e por redes institucionais internacionais.

Tabela 2
Voluntários que apoiam o ensino da UEI de Saúde Pública Internacional e Bioestatística (2009-2012)

Categoria	Base institucional			
	Ministério da Saúde/Serviço Nacional de Saúde	Sistema de saúde privado	Sistema de Saúde Social	Setor Universitário
Administradores hospitalares	5	0	1	0
Enfermeiros	1	0	4	0
Farmacêuticos	2	0	0	1
Médicos	20	1	0	4
Outros	4	3	0	6

O progresso mais recente digno de nota foi o lançamento do programa de educação à distância, iniciado com o Curso Internacional de Gestão em Saúde para o Desenvolvimento (CIGESD), oferecendo 15 créditos para o mestrado e doutoramento.

CONCLUSÕES

A docência em Saúde Pública emergiu como uma atividade integrada numa oferta docente comum a todos os docentes da Escola de Medicina Tropical e dos institutos que se lhe seguiram. Essa oferta colaborativa manteve-se ao longo de mais de um século e multiplicou-se. Começou a diferenciar-se em oferta específica nos seus cursos de higiene, nas suas duas versões dirigidas ou a funcionários, ou a outros colonos, mas assumiu maior pujança desde a tentativa de criar, no seu seio, uma escola de saúde pública. Essa tentativa falhou ao fim de 6 anos, mas deixou frutos numa

atividade docente independente em Saúde Pública, alicerçada numa forte agenda de investigação, que foi crescendo através da realização de cursos eventuais para programas de mestrado e doutoramento, e de uma forte oferta de CADs, orientados para a saúde pública como ação coletiva para desenvolver as condições que permitam um vida saudável no seio das comunidades em que vivemos. Esta ação coletiva está implicada naquilo que a saúde pública faz melhor: a medição do estado de saúde, a organização e gestão de serviços e programas de saúde, o desenvolvimento de recursos humanos em saúde, a promoção da saúde e a intervenção em grupos populacionais específicos.

O grupo multidisciplinar de docentes e investigadores de saúde pública representa uma forte concentração na Universidade Nova de Lisboa e tem assumido um grande protagonismo não só em relação às problemáticas de saúde de Portugal, mas também de outros países lusófonos,

com influência nas políticas de saúde de Portugal, de vários países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) e de organizações internacionais, nomeadamente a União Europeia, a OMS (único Centro colaborador da OMS, em Portugal, para políticas e planeamento da força de trabalho em saúde), Banco Mundial e CPLP.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao secretariado científico de Rosa Bela Ferrinho, o apoio de Deolinda Cruz e Teresa Leal, assim como informação de Luís Marto e Luís Lapão.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, P. (2004) – *O Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Um Século de História 1902-2002*. CELOM, Lisboa.
- ACHESON, R. M. (1982) – “Schools of Public Health”. *British Med. J.*, 284: 534-536.
- AMARAL, I. (2008) – “The emergence of tropical medicine in Portugal: The School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935)”. *Dynamis*, 28: 301-328.
- AMARAL, I. (2010) – “A influência pasteuriana na obra de Ricardo Jorge e na emergência da medicina tropical”. Em: AMARAL, I., CARNEIRO, A., MOTA, T. S., BORGES, V. M. & DORIA, J. L. (coords.), *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*. CELOM, Lisboa (pp. 135-144).
- BASTOS, C. (2007) - Medicina, império e processos locais em Goa, século XIX. *Anal. Soc., XLII*: 99-122.
- EVANS, D. (2009) – “The role of schools of public health: learning from history, looking to the future”. *J. Public Health*, 31: 446-450
- FERRINHO, P., HARTZ, Z. & DORIA, J. L. (2012) – “Primórdios dos serviços de medicina colonial em África: Séculos XV – XIX”. *An. Inst. Hig. Med. Trop.*, 12: pp-pp. Edição Comemorativa dos 110 Anos do IHMT.
- FRAGA DE AZEVEDO, J. (1952) - Cinquenta Anos de Actividade do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (24 de Abril de 1902 – 24 de Abril de 1952). Editora, Lisboa.
- FRAGA DE AZEVEDO, J. (1958) – “O Instituto de Higiene e Medicina Tropical”. *An. Inst. Hig. Med. Trop.*, 15 (supl 1): 10-97.
- GONÇALVES FERREIRA, F.A. (1982) - *Moderna Saúde Pública*. I Volume; 5ª edição. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HOTEZ, P. J. (2003) – “Erosion of William Henry Welch’s Concept of the Hygienic Laboratory in our Nation’s Schools of Public Health and Medicine”. *Public Health Rep.*, 118: 184-186.
- KICKBUSH, ILONA (2009) – “In search of the public health paradigm for the 21st century: the political dimensions of public health”. *Rev. Port. Saúde Pública, número especial*: 11-19.
- PITA, J. R. & PEREIRA, A. L. (2010) – “A recepção da ciência de Pasteur na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1882-1911)”. Em: AMARAL, I., CARNEIRO, A., MOTA, T. S., BORGES, V. M. & DORIA, J. L. (coords.), *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*. CELOM, Lisboa (pp. 145-154).
- ROSALES, C. B., COE, K., GÁMEZ, G. & STROUPE, N. (2012) – “Social justice, health, and human rights education: challenges and opportunities in Schools of Public Health”. *Public Health Rep.*, 127: 126-130.
- SAKELLARIDES, C. (2009) – “Quer o país uma Escola de Saúde Pública?”. *Rev. Port. Saúde Pública, número especial*: 69-78.
- TORGAL, J. (2002) - Cem Anos. Notícias do Instituto, Ano 2 - IHMT, nº1. Lisboa.